



Evrecy Participações Ltda.

Demonstrações Contábeis Regulatórias elaboradas de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018

ÍNDICE

Balancos Patrimoniais	3
Demonstração do Resultado do Exercício	5
Demonstração do Resultado Abrangente	7
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	8
Demonstração dos Fluxos de Caixa.....	9
Notas explicativas às Demonstrações Financeiras.....	
1. Contexto operacional.....	10
2. Base de preparação e apresentação das Demonstrações Contábeis Regulatórias	10
3. Principais práticas contábeis.....	11
4. Normas e interpretações novas e revisadas	16
5. Caixa e equivalentes de caixa	17
6. Aplicações financeiras.....	17
7. Contas a receber – Concessionárias e Permissionárias.....	18
8. Tributos e contribuições a compensar	18
9. Imobilizado.....	19
10. Intangível.....	22
11. Tributos e encargos sociais a recolher	24
12. Encargos regulatórios a recolher	24
13. Provisões	24
14. Patrimônio Líquido.....	25
15. Receita operacional bruta	26
16. Resultado financeiro	28
17. Imposto de renda e contribuição social	28
18. Transações com partes relacionadas	29
19. Instrumentos financeiros	30
20. Seguros	31
21. Conciliação do Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado Regulatório e Societário	31
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábil regulatória.....	37

Evrecy Participações Ltda.

Balancos Patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

Ativo	Nota	2018	2017
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	108	60
Aplicações financeiras	6	1.788	782
Contas a receber - Concessionárias e Permissionárias	7	1.243	762
Estoques		171	171
Tributos e contribuições a compensar		2	2
Outros		59	236
		3.371	2.013
Não Circulante			
Realizável a longo prazo			
Contas a receber - Concessionárias e Permissionárias	7	60	-
Cauções e depósitos vinculados		10	10
		70	10
Imobilizado	8	39.714	30.393
Intangível	9	988	820
		40.702	31.213
Total do ativo		44.143	33.236

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias

Evrecy Participações Ltda.

Balancos Patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

Passivo	Nota	2018	2017
Passivo Circulante			
Fornecedores		305	228
Tributos e encargos sociais a recolher	10	129	162
Encargos Regulatórios a recolher	11	86	9
Obrigações trabalhistas	12	-	160
Parcela de ajuste - PA		2.281	-
Outros		54	373
		2.855	932
Não circulante			
Imposto de renda e contribuição social diferidos		2.423	-
Obrigações vinculadas à concessão do serviço		3.777	-
Encargos Regulatórios a recolher	11	179	567
		6.379	567
Patrimônio líquido			
Capital social	13 (a)	21.512	21.512
Reservas de Lucros	13 (c)	8.692	10.225
Reserva de reavaliação	13 (d)	4.705	-
		34.909	31.737
Total do Patrimônio Líquido		34.909	31.737
Total do passivo e do patrimônio líquido		44.143	33.236

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias

Evrecy Participações Ltda.

Demonstrações do Resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	Nota	2018	2017
Operações em continuidade			
Disponibilização do sistema de transmissão	14	10.382	13.981
Outras Receitas	14	279	279
		10.661	14.260
Tributos			
PIS		(80)	(95)
COFINS		(370)	(439)
		(450)	(534)
Encargos			
Reserva global de reversão – RGR		(265)	(431)
Taxa de fiscalização de serviços de energia		(36)	(49)
Pesquisa e desenvolvimento – P&D		(93)	(128)
		(394)	(608)
Receita Líquida		9.817	13.118
Custos e despesas			
Pessoal		(1.553)	(1.599)
Material		(90)	(60)
Serviços de terceiros		(2.041)	(2.484)
Provisão para contingências		(1)	(1)
Depreciação e amortização		(1.437)	(1.454)
Seguros		(54)	(59)
Doações, contribuições e subvenções.		(15)	(13)
Arrendamento e aluguéis		(341)	(300)
Tributos		(5)	(4)
Outras receitas operacionais		-	9
Gastos diversos		(2)	(73)
		(5.539)	(6.038)
Resultado da Atividade		4.278	7.080

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias

Evrecy Participações Ltda.

Demonstrações do Resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	<u>Nota</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Resultado Financeiro			
Receitas Financeiras	15	135	335
Despesas Financeiras	15	(22)	(30)
		<u>113</u>	<u>305</u>
Resultado antes dos impostos sobre o lucro		<u>4.391</u>	<u>7.385</u>
Despesas com Imposto de renda e contribuição social Corrente	16	(424)	(565)
Resultado líquido do Exercício		<u>3.967</u>	<u>6.820</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias

Evrecy Participações Ltda.

Demonstrações do Resultado Abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Resultado do Exercício	3.967	6.820
Outros resultados abrangentes – reserva de reavaliação	<u>4.705</u>	<u>-</u>
Total de resultados abrangentes do exercício, líquidos de impostos	<u><u>8.672</u></u>	<u><u>6.820</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias

Evrecy Participações Ltda.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	Nota	Reservas de lucros							Total
		Capital social	Reserva legal	Reserva especial de dividendo não distribuído	Reserva para retenção de lucros	Reserva de lucros a realizar	Lucros acumulados	Reserva de Reavaliação	
Saldo em 31 de dezembro de 2016		21.512	1.934	839	11.032	-	-	-	35.317
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	6.820	-	6.820
Reserva legal	13 (c)	-	327	-	-	-	(327)	-	-
Reserva de retenção de lucros	13 (c)	-	-	-	282	-	(282)	-	-
Dividendos	13(b)	-	-	(839)	(3.350)	-	(6.211)	-	(10.400)
Saldo em 31 de dezembro de 2017		21.512	2.261	-	7.964	-	-	-	31.737
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	3.967	-	3.967
Reserva legal	13 (c)	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva de retenção de lucros	13 (c)	-	-	-	(10.642)	-	10.642	-	-
Reserva de lucros a realizar		-	-	-	-	14.609	(14.609)	-	-
Reserva de reavaliação		-	-	-	-	-	-	4.705	4.705
Dividendos	13(b)	-	-	-	(5.500)	-	-	-	(5.500)
Saldo em 31 de dezembro de 2018		21.512	2.261	-	(8.178)	14.609	-	4.705	34.909

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Evrecy Participações Ltda.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	3.967	6.820
Ajustes para reconciliar o lucro líquido ao caixa gerado pelas (utilizado nas) atividades operacionais		
Depreciação e amortização (notas 8 e 9)	1.437	1.454
Valor residual de ativo imobilizado baixado (nota 8 e 9)	-	147
Juros e variações monetárias e cambiais sobre ativos e passivos	10	20
	<u>5.414</u>	<u>8.441</u>
(Aumento) diminuição de ativos		
Concessionárias e permissionárias	(541)	369
Serviços em curso	114	-
Tributos e contribuições a compensar	-	42
Cauções e depósitos vinculados	-	(1)
Outros	64	(34)
	<u>(363)</u>	<u>376</u>
Aumento (diminuição) de passivos		
Fornecedores	77	(74)
Tributos e encargos sociais a recolher	(33)	18
Encargos regulatórios a recolher	(321)	45
Obrigações trabalhistas	(160)	28
Parcela de Ajuste - PA	2.281	-
Outros	(320)	290
	<u>1.524</u>	<u>307</u>
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	6.575	9.124
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aplicações financeiras	(1.006)	1.405
Imobilizado (nota 8)	(21)	(113)
Intangível (nota 9)	-	(9)
	<u>(1.027)</u>	<u>1.283</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Dividendos Pagos (nota 13 (b))	(5.500)	(10.400)
	<u>(5.500)</u>	<u>(10.400)</u>
Aumento (redução) líquido em caixa e equivalentes de caixa	48	7
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	108	60
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	60	53
Variação em caixa e equivalentes de caixa	48	7

O total de imposto de renda e contribuição pagos no exercício foi de R\$348 mil (R\$881 em 2017).

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias

Evrecy Participações Ltda.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

1. Contexto Operacional

1.1 Objeto social

A Evrecy Participações LTDA. (“Empresa”), constituída em 21 de novembro de 2006, controlada pela CTEEP - Empresa de Transmissão de Energia Elétrica Paulista (“CTEEP”, “ISA CTEEP”, controladora) com sede no município de São Paulo – SP, autorizada a operar como concessionária de serviço público de energia elétrica, tendo como atividade principal a transmissão de energia elétrica, que requer o planejamento, a implementação da infraestrutura e a operação e manutenção de sistemas subordinados a transmissão, linhas de transmissão de energia elétrica, a prática de atos de comércio em geral relacionados a essa atividade, ainda, a participação em outras sociedades, empreendimentos e consórcios, como acionista, sócia ou consorciada.

Em 03 de Março de 2009, a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) aprovou através da Resolução Autorizativa nº 1.823, a transferência de concessão de transmissão da Castelo Energética S.A. – CESA para a Empresa, regida pelo contrato de Concessão de Transmissão nº 020/2008 – ANEEL, de 14 de novembro de 2008.

Em 13 de outubro de 2009, foi celebrado o Primeiro Termo Aditivo de Contrato de Concessão de Transmissão nº 020/2008 – ANEEL, formalizando a transferência da concessão regida pelo referido contrato para a Empresa com prazo de concessão até 17 de julho de 2025.

Em 17 de janeiro de 2012, a ANEEL, através da Resolução Autorizativa nº 3.300, anuiu a transferência do controle societário direto da Empresa detida pela Energest S.A. para a EDP – Energias do Brasil S.A.

Em 11 de dezembro de 2012, a ANEEL, através da Resolução Autorizativa nº 3.788, anuiu a alteração do controle societário direto da Empresa detida pela EDP - Energias do Brasil S.A. para a Empresa de Transmissão de Energia Elétrica Paulista - CTEEP, alienação essa realizada e finalizada em 21 de dezembro de 2012.

1.2 Concessões

A Empresa possui o direito de explorar, diretamente, o seguinte contrato de concessão de Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica:

Contrato	Prazo (anos)	Vencimento	Revisão Tarifária Periódica		Índice de correção	Receita Anual Permitida - RAP	
			Prazo	Próxima		R\$ mil	Mês Base
020/2008	30	17.07.25	4 anos	2021	IGPM	7.164	06/18

Linhas de Transmissão Governador Valadares - Conselheiro Pena (230kV); Conselheiro Pena - Aimorés (230kV); Aimorés - Mascarenhas (circuito 1) (230kV) e Subestações Conselheiro Pena (230 kv), Aimorés (230 kv) e Mascarenhas (230/138kV), localizadas nos Estados de Minas Gerais e Espírito Santo.

O Contrato de Concessão nº 020/2008, prevê o direito de indenização no término de sua vigência, tendo por base os valores não depreciados a infraestrutura e sujeitos à homologação da ANEEL.

Evrecy Participações Ltda.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

2 Base de preparação e apresentação das Demonstrações Contábeis Regulatórias

As Demonstrações Contábeis para fins regulatórios foram preparadas de acordo com as normas, procedimentos e diretrizes emitidos pelo Órgão Regulador e conforme as políticas contábeis estabelecidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL através da Resolução Normativa nº 605 em 11 de março de 2014.

As Demonstrações Contábeis para fins regulatórios são separadas das Demonstrações contábeis estatutárias societárias da outorgada. Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações para fins regulatórios, uma vez que as Instruções Contábeis para fins Regulatórios especificam um tratamento ou divulgação alternativos em certos aspectos. Quando as Instruções Contábeis Regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil. A nota explicativa 20 apresenta uma reconciliação entre as demonstrações financeiras elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as práticas contábeis regulatórias, para melhor entendimento do leitor.

2.1 Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras da Empresa são apresentadas em reais, a moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa atua (“moeda funcional”).

3 Principais práticas Contábeis Regulatórias

3.1 Reconhecimento de receita

A receita operacional do curso normal das atividades da Outorgada é medida pelo valor da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional referente a transmissão de energia é reconhecida no momento em que a ONS apura/ reconhece os valores que a Empresa tem o direito de faturar dos demais agentes do setor de energia elétrica, conforme previsto em contrato de prestação de serviços entre o Poder Concedente e a Outorgada.

3.2 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

São apurados com base no regime de lucro presumido observando-se as alíquotas de presunção vigentes que incidem sobre a RAP e demais receitas. As alíquotas de imposto de renda são de 15%, acrescida de 10% sobre a base de cálculo que exceder R\$60 trimestrais e a contribuição social é calculada à alíquota de 9%. A Empresa optou pelo regime de lucro presumido.

3.3 Impostos e taxas regulamentares sobre a receita

(a) Impostos sobre vendas

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre serviços, exceto quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre serviços é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso.

(b) Taxas regulamentares

Os encargos setoriais, abaixo descritos, fazem parte das políticas de governo para o setor elétrico e são todos definidos em Lei. Seus valores são estabelecidos por Resoluções ou Despachos da ANEEL, para efeito de recolhimento pelas concessionárias dos montantes cobrados dos consumidores por meio das tarifas de fornecimento de energia elétrica e estão classificados sob a rubrica encargos regulatórios a recolher no balanço patrimonial.

Evrecy Participações Ltda.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

(i) Reserva Global de Reversão (RGR)

Encargo criado pelo Decreto nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957. Refere-se a um valor anual estabelecido pela ANEEL, pago mensalmente em duodécimos pelas concessionárias, com a finalidade de prover recursos para reversão e/ou encampação dos serviços públicos de energia elétrica, como também para financiar a expansão e melhoria desses serviços.

(ii) Pesquisa e Desenvolvimento (P&D)

As concessionárias de serviços públicos de distribuição, transmissão ou geração de energia elétrica, as permissionárias de serviços públicos de distribuição de energia elétrica e as autorizadas à produção independente de energia elétrica, excluindo-se, por isenção, aquelas que geram energia exclusivamente a partir de instalações eólica, solar, biomassa, co-geração qualificada e pequenas centrais hidrelétricas, devem aplicar anualmente um percentual de sua receita operacional líquida em projetos de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico do Setor de Energia Elétrica – P&D, segundo regulamentos estabelecidos pela ANEEL.

(iii) Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica (TFSEE)

Criada pela Lei 9.427/1996 incide sobre a produção, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica e conforme artigo 29 da Lei nº 12.783/2013, a TFSEE passou a ser equivalente a 0,4% do valor do benefício econômico anual.

3.4 Instrumentos financeiros

(a) Ativos financeiros

(i) Classificação e mensuração

Ativos financeiros são classificados nas seguintes categorias específicas: ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros disponíveis para venda e empréstimos e recebíveis. Quando um instrumento de patrimônio não é cotado em um mercado ativo e seu valor justo não pode ser mensurado com confiança, este é mensurado ao custo e testado para *impairment*.

A classificação depende da finalidade dos ativos financeiros e é determinada na data do reconhecimento inicial. Todas as aquisições ou alienações normais de ativos financeiros são reconhecidas ou baixadas com base na data de negociação. As aquisições ou alienações normais correspondem a aquisições ou alienações de ativos financeiros que requerem a entrega de ativos dentro do prazo estabelecido por meio de norma ou prática de mercado.

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um instrumento da dívida e alocar sua receita de juros ao longo do período correspondente. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do instrumento da dívida ou, quando apropriado, durante um período menor, para o valor contábil líquido na data do reconhecimento inicial. A receita é reconhecida com base nos juros efetivos para os instrumentos de dívida não caracterizados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Evrecy Participações Ltda.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

- *Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado*

Os ativos financeiros são classificados ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados pelo valor justo por meio de resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são demonstrados ao valor justo, e quaisquer ganhos ou perdas resultantes são reconhecidos no resultado. Ganhos ou perdas líquidos são reconhecidos na rubrica “Outros ganhos e perdas”, na demonstração do resultado.

Um ativo financeiro é classificado como mantido para negociação se (i) for adquirido principalmente para ser vendido a curto prazo; ou (ii) no reconhecimento inicial é parte de uma carteira de instrumentos financeiros identificados que a Empresa administra em conjunto e possui um padrão real recente de obtenção de lucros a curto prazo; ou (iii) for um derivativo que não tenha sido designado como um instrumento de “hedge” efetivo.

Um ativo financeiro, além dos mantidos para negociação, pode ser designado ao valor justo por meio do resultado no reconhecimento inicial se (i) tal designação eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência de mensuração ou reconhecimento que, de outra forma, surgiria; ou (ii) o ativo financeiro for parte de um grupo gerenciado de ativos ou passivos financeiros ou ambos, e seu desempenho for avaliado com base no valor justo, de acordo com a estratégia documentada de gerenciamento de risco ou de investimento da Empresa, e quando as informações sobre o agrupamento forem fornecidas internamente com a mesma base; ou (iii) fizer parte de um contrato contendo um ou mais derivativos embutidos e o CPC 38 e IAS 39 permitir que o contrato combinado seja totalmente designado ao valor justo por meio do resultado.

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, os ativos financeiros classificados nesta categoria estão relacionados aos equivalentes de caixa e aplicações financeiras.

- *Empréstimos e recebíveis*

São incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São registrados no ativo circulante, exceto, aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço, os quais são classificados como ativo não circulante.

Os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação da taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento dos juros seria imaterial.

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, os ativos financeiros da Empresa classificados nesta categoria, compreendiam, principalmente, o Contas a Receber – Concessionárias e Permissionárias.

(ii) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros (*impairment*)

Ativos financeiros, exceto aqueles designados pelo valor justo por meio do resultado, são avaliados por indicadores de redução ao valor recuperável no final de cada período de relatório. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas se, e apenas se, houver evidência objetiva da redução ao valor recuperável do ativo financeiro como resultado de um ou mais eventos que tenham ocorrido após seu reconhecimento inicial, com impacto nos fluxos de caixa futuros estimados desse ativo.

O valor contábil do ativo financeiro é reduzido diretamente pela perda por redução ao valor recuperável para todos os ativos financeiros, com exceção das contas a receber, em que o valor contábil é reduzido pelo uso de uma provisão. Recuperações subsequentes de valores anteriormente baixados são creditadas à provisão. Mudanças no valor contábil da provisão são reconhecidas no resultado.

Evrecy Participações Ltda.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

(iii) Baixa de ativos financeiros

A baixa (desreconhecimento) de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando são transferidos os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual, substancialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Empresa em tais ativos financeiros transferidos é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

(b) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado. Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

3.5 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e investimentos de curto prazo.

Para que um investimento de curto prazo seja qualificado como equivalente de caixa, ele precisa ter conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa e estar sujeito a um insignificante risco de mudança de valor. Portanto, um investimento normalmente qualifica-se como equivalente de caixa somente quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, de três meses ou menos, a contar da data da aquisição.

3.6 Contas a receber – Concessionárias e Permissionárias

A Empresa tem direito à Receita Anual Permitida (RAP) pela disponibilização das instalações de transmissão de energia elétrica reajustada e revisada anualmente (nota 14.3).

3.7 Estoques

Os estoques são compostos por itens de almoxarifado de manutenção, e registrados pelo menor valor entre o valor de custo e o valor líquido realizável. Os custos dos estoques são determinados pelo método do custo médio.

3.8 Imobilizado em serviço e em curso

Registrado ao custo de aquisição ou construção. A depreciação é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados conforme normas regulatórias vigentes. As taxas médias anuais de depreciação estão apresentadas na nota 10 e são determinadas nas tabelas anexas à Resolução vigente emitida pelo Órgão Regulador.

O valor residual é determinado considerando a premissa de existência de indenização de parcela não amortizada de bens pela taxa de depreciação regulatória e o prazo de vigência da outorga (concessão, permissão e/ou autorização). O valor residual de um ativo pode aumentar ou diminuir em eventuais processos de revisão das taxas de depreciação regulatória.

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil residual do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

A alocação dos dispêndios diretos com pessoal mais os serviços de terceiros é prevista no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. Estes custos são recuperados por meio do mecanismo de tarifas e preços.

Materiais em depósito, quando os bens não necessitarem de recuperação e se tratarem de unidades de adição e retirada, vinculados ou não a um projeto são considerados como imobilizado em Curso.

Evrecy Participações Ltda.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos desse item do imobilizado. Qualquer outro tipo de gasto é reconhecido no resultado como despesa quando incorrido.

3.9 Intangível

Registrado ao custo de aquisição ou realização. A amortização, quando for o caso, é calculada pelo método linear.

3.10 Arrendamentos

(a) A Empresa como arrendatária

- *Arrendamentos operacionais*

Os pagamentos referentes aos arrendamentos operacionais são reconhecidos como despesa pelo método linear pelo período de vigência do contrato, exceto quando outra base sistemática for mais representativa para refletir o momento em que os benefícios econômicos do ativo arrendado são consumidos. Os pagamentos contingentes oriundos de arrendamento operacional são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

3.11 Demais ativos circulante e não circulante

São apresentados pelo seu valor líquido de realização.

Perdas esperadas para redução do valor contábil ao valor recuperável são constituídas por valores considerados de improvável realização dos ativos na data dos balanços patrimoniais.

3.12 Passivos circulante e não circulante

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço.

3.13 Provisões

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes resultantes de eventos passados e de perda provável passível de estimativa de valores de liquidação financeira de forma confiável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada exercício, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa.

As provisões são quantificadas ao valor presente do desembolso esperado para liquidar a obrigação, usando-se a taxa adequada de desconto de acordo com os riscos relacionados ao passivo. São atualizadas até as datas dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos advogados da Empresa.

As provisões para ações judiciais são reconhecidas quando a Empresa tem uma obrigação presente resultante de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança.

3.14 Dividendos

A política de reconhecimento de dividendos está em conformidade com o CPC 24 (IAS 10) e ICPC 08 (R1), que determinam que os dividendos propostos que estejam fundamentados em obrigações estatutárias, devem ser registrados no passivo circulante. O contrato social prevê destinação do lucro líquido conforme descrito na nota 13(b).

Evrecy Participações Ltda.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

3.15 Segmento de negócio

Segmentos operacionais são definidos como atividades de negócio das quais pode se obter receitas e incorrer em despesas, com disponibilidade de informações financeiras individualizadas e cujos resultados operacionais são regularmente revistos pela administração no processo de tomada de decisão.

No entendimento da administração da Empresa, embora reconheça receita para as atividades de implementação da infraestrutura, e de operação e manutenção, considerou-se que essas receitas são originadas por contratos de concessão que possuem apenas um segmento de negócio: transmissão de energia elétrica.

3.16 Demonstração dos Fluxos de Caixa (“DFC”)

A demonstração dos fluxos de caixa foi preparada pelo método indireto e está apresentada de acordo o pronunciamento contábil CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo CPC.

4 Normas e interpretações novas e revisadas e ainda não adotadas

A ANEEL não adotou os pronunciamentos e interpretações emitidas pelo CPC que passaram a vigorar em 1º de janeiro de 2018:

- **CPC nº47 – Receita de Contrato com Clientes (IFRS 15 Revenue from Contracts with Customers)**

O CPC 47 estabelece um modelo de cinco etapas para contabilização das receitas decorrentes de contratos com clientes. De acordo com referido CPC, a receita reconhecida por um valor que reflete a contrapartida a que uma entidade espera ter direito em troca de transferência de bens ou serviços para um cliente.

A Empresa avaliou suas operações à luz das novas normas contábeis, e conforme descrito no item 3.7 das demonstrações financeiras societárias do exercício de findo em 31 de dezembro de 2018, concluiu que a atividade de implementação da infraestrutura é afetada pelo novo CPC, uma vez que o direito à contraprestação por bens e serviços está condicionado ao cumprimento de outra obrigação de desempenho.

- **CPC nº48 – Instrumentos financeiros (IFRS 9 Financial Instruments)**

O CPC 48 reúne os três aspectos do projeto de contabilização de instrumentos financeiros: classificação e mensuração, redução ao valor recuperável do ativo e contabilização de *hedge*.

5 Caixa e equivalentes de caixa

	<u>% do CDI</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Caixa e bancos		108	60
		108	60

Evrecy Participações Ltda.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

6 Aplicações financeiras

	<u>% do CDI</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Fundos de investimentos	101,30%	<u>1.788</u>	<u>782</u>
		<u>1.788</u>	<u>782</u>

A Empresa concentra as suas aplicações financeiras no seguinte fundo de investimento:

Fundo de Investimento Xavantes Referenciado DI: fundo constituído para investimento exclusivamente para controladora CTEEP e suas controladas e controladas em conjunto, administrado pelo Banco Itaú-Unibanco e com a carteira composta por quotas do Fundo de Investimento Special DI (Corp Referenciado DI incorporado pelo Special DI).

O referido fundo de investimentos possui liquidez diária, prontamente conversível em montante de caixa, independentemente dos ativos, destacando-se que eventual risco de mudança de valor estará diretamente atrelado à composição dos fundos, que detém títulos públicos e privados. A carteira é composta por títulos de renda fixa, tais como títulos públicos federais e títulos privados com o objetivo de acompanhar a variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) ou da taxa SELIC.

7 Contas a receber - Concessionárias e Permissionárias

	<u>Corrente a vencer</u>		<u>Corrente vencida</u>				
	<u>Até 60 dias</u>	<u>Até 90 dias</u>	<u>De 91 a 180 dias</u>	<u>De 181 a 360 dias</u>	<u>Mais de 360 dias</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Transmissão de Energia							
Encargos de Uso da Rede Elétrica	<u>1.229</u>	<u>13</u>	<u>-</u>	<u>1</u>	<u>60</u>	<u>1.303</u>	<u>762</u>
	<u>1.229</u>	<u>13</u>	<u>-</u>	<u>1</u>	<u>60</u>	<u>1.303</u>	<u>762</u>

Evrecy Participações Ltda.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

8 Imobilizado

Refere-se, substancialmente, a bens móveis e imóveis utilizados pela Empresa e aplicados na operação de transmissão de energia, vinculados aos contratos de concessão. O imobilizado é depreciado conforme taxas anuais de depreciação previstas pelo Órgão Regulador.

(a) Imobilizado em serviço

	<u>Custo em 2017</u>	<u>Adições (A)</u>	<u>Baixas (B)</u>	<u>Transferências (C)</u>	<u>Reavaliação</u>	<u>Custo em 2018</u>	<u>Adições Líquidas = (A)-(B)+(C)</u>	<u>Depreciação Acum.</u>	<u>Saldo em 2018</u>	<u>Saldo em 2017</u>
Transmissão										
Edificações, obras civis e benfeitorias.	838	-	-	-	440	1.278	440	(622)	656	524
Máquinas e equipamentos	94.463	-	-	7.615	56.036	158.114	63.651	(119.596)	38.518	29.257
Administração										
Máquinas e equipamentos	14	-	-	28	-	42	28	(4)	38	12
Móveis e utensílios	5	-	-	-	-	5	-	(1)	4	5
Subtotal	95.320	-	-	7.643	56.476	159.439	64.119	(120.223)	39.216	29.798

Evrecy Participações Ltda.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

(b) Imobilizado em curso

	<u>Custo em 2017</u>	<u>Adições (A)</u>	<u>Baixas (B)</u>	<u>Transferências (C)</u>	<u>Reavaliação (D)</u>	<u>Custo em 2018</u>	<u>Adições Líquidas = (A)- (B)+(C)+(D)</u>	<u>Depreciação Acum.</u>	<u>Saldo em 2018</u>	<u>Saldo em 2017</u>
Transmissão										
Máquinas e equipamentos	252	7.525	-	(7.615)	-	162	(90)	-	162	252
Outros	323	-	-	-	-	323	-	-	323	323
Administração										
Máquinas e equipamentos	20	21	-	(28)	-	13	(7)	-	13	20
Subtotal	595	7.546	-	(7.643)	-	498	(97)	-	498	595
Total do Ativo Imobilizado	95.915	7.546	-	-	56.476	159.937	64.022	(120.223)	39.714	30.393

Evrecy Participações Ltda.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

(c) Taxas anuais de depreciação

	Taxas anuais médias de depreciação (%)	2018		2017	
		Bruto	Depreciação Acumulada	Saldo	Saldo
Em Serviço					
Transmissão					
Edificações, obras civis e benfeitorias.	3,46%	838	(340)	498	524
Edificações, obras civis e benf. - reavaliação	2,78%	440	(282)	158	
Máquinas e equipamentos	4,17%	102.078	(70.298)	31.780	29.257
Máquinas e equipamentos - reavaliação	3,83%	56.036	(49.298)	6.738	
Administração					
Máquinas e equipamentos	9,46%	42	(4)	38	12
Móveis e utensílios	6,25%	5	(1)	4	5
		159.439	(120.223)	39.216	29.798
Em Curso					
Transmissão		485	-	485	575
Administração		13	-	13	20
		498	-	498	595
		159.937	(120.223)	39.714	30.393

(d) Composição das adições do imobilizado em curso

A composição de adições do exercício, por tipo de gasto capitalizado, é como segue:

	Material/ Equipamentos	Total
Máquinas e Equipamentos	7.546	7.546
Total das adições	7.546	7.546

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019 de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica são vinculados a estes serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. O ato normativo que regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica concede autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto das alienações seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

Evrecy Participações Ltda.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

(e) Obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica

	<u>Custo em 2017</u>	<u>Adições (A)</u>	<u>Baixas (B)</u>	<u>Transfe- rências (C)</u>	<u>Custo em 2018</u>	<u>Adições Líquidas = (A)-(B)+(C)</u>	<u>Depreciação Acum.</u>	<u>Saldo em 2018</u>	<u>Saldo em 2017</u>
Transmissão em Serviço									
Doações e Subvenções Destinadas a Investimentos no Serviço Concedido	-	(7.525)	-	-	(7.525)	(7.525)	3.748	(3.777)	-
Total	-	(7.525)	-	-	(7.525)	(7.525)	3.748	(3.777)	-

(f) Taxas anuais de depreciação das obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica

			<u>2018</u>	<u>2017</u>
	<u>Taxas anuais médias de depreciação (%)</u>	<u>Bruto</u>	<u>Depreciação Acumulada</u>	<u>Saldo</u>
Em Serviço				
Doações e Subvenções Destinadas a Investimentos no Serviço Concedido	3,77%	(7.525)	3.748	(3.777)
		<u>(7.525)</u>	<u>3.748</u>	<u>(3.777)</u>

Evrecy Participações Ltda.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

9 Intangível

O ativo intangível refere-se, principalmente: (i) servidões vinculadas ao direito de passagem das linhas de transmissão; e (ii) gastos incorridos na implantação e atualização do ERP-SAP, amortizados linearmente no prazo de 5 anos.

a) Ativo intangível em serviço

	<u>Custo em 2017</u>	<u>Adições (A)</u>	<u>Baixas (B)</u>	<u>Transferências (C)</u>	<u>Reavaliação (D)</u>	<u>Custo em 2018</u>	<u>Adições Líquidas = (A)-(B)+(C)+(D)</u>	<u>Amortização Acum.</u>	<u>Saldo em 2018</u>	<u>Saldo em 2017</u>
Transmissão										
Servidões	678	-	-	-	232	910	232	-	910	678
Softwares	8	-	-	-	-	8	-	(8)	-	-
Administração										
Softwares	321	-	-	9	-	330	9	(252)	78	133
Subtotal	1.007	-	-	9	232	1.248	241	(260)	988	811

b) Ativo intangível em curso

	<u>Custo em 2017</u>	<u>Adições (A)</u>	<u>Baixas (B)</u>	<u>Transferências (C)</u>	<u>Reavaliação (D)</u>	<u>Custo em 2018</u>	<u>Adições Líquidas = (A)-(B)+(C)+(D)</u>	<u>Amortização Acum.</u>	<u>Saldo em 2018</u>	<u>Saldo em 2017</u>
Administração										
Softwares	9	-	-	(9)	-	-	(9)	-	-	9
Subtotal	9	-	-	(9)	-	-	(9)	-	-	9
Total do Ativo Intangível	1.016	-	-	-	232	1.248	232	(260)	988	820

Evrecy Participações Ltda.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

c) Taxas anuais de amortização

		<u>2018</u>			<u>2017</u>
	<u>Taxas anuais médias de amortização (%)</u>	<u>Bruto</u>	<u>Amortização Acumulada</u>	<u>Saldo</u>	<u>Saldo</u>
Em Serviço					
Transmissão					
Servidões	0,00%	678	-	678	678
Servidão - reavaliação	0,00%	232	-	232	-
Softwares	20,00%	8	(8)	-	-
Administração					
Softwares	20,00%	330	(252)	78	133
		<u>1.248</u>	<u>(260)</u>	<u>988</u>	<u>811</u>
Em Curso					
Administração		-	-	-	9
		-	-	-	<u>9</u>
		<u>1.248</u>	<u>(260)</u>	<u>988</u>	<u>820</u>

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019 de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica são vinculados a estes serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. O ato normativo que regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica concede autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto das alienações seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

Evrecy Participações Ltda.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

10 Tributos e encargos sociais a recolher

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Imposto de renda	60	40
Contribuição social	38	43
COFINS	19	33
PIS	4	7
Outros	8	39
	<u><u>129</u></u>	<u><u>162</u></u>

11 Encargos regulatórios a recolher

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D (i)	265	376
Reserva Global de Reversão – RGR	-	200
	<u><u>265</u></u>	<u><u>576</u></u>
Circulante	<u><u>86</u></u>	<u><u>9</u></u>
Não circulante	<u><u>179</u></u>	<u><u>567</u></u>

(i) A Empresa reconhece obrigações relacionadas a valores já faturados em tarifas (1% da Receita Operacional Líquida), aplicados no Programa de Pesquisa e Desenvolvimento – P&D, atualizados mensalmente, a partir do 2º mês subsequente ao seu reconhecimento até o momento de sua efetiva realização, com base na taxa SELIC, conforme as Resoluções ANEEL 300/2008 e 316/2008. Conforme Ofício Circular nº 0003/2015 de 18 de maio de 2015, os gastos aplicados em P&D são contabilizados no ativo e quando da conclusão do projeto são reconhecidos como liquidação da obrigação e, posteriormente, submetidos à auditoria e avaliação final da ANEEL.

12 Obrigações trabalhistas

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Férias, 13º e encargos sociais	-	126
Participação nos lucros e resultados - PLR	-	34
Circulante	<u><u>-</u></u>	<u><u>160</u></u>

Em 2018 a Empresa assinou contrato de compartilhamento de despesas de pessoal que implica na alocação proporcional das despesas referentes aos colaboradores compartilhados com a controladora CTEEP, e são registradas em outros passivos – partes relacionadas (nota 17).

Evrecy Participações Ltda.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

13 Patrimônio Líquido

(a) Capital social

O capital social autorizado da Empresa em 2018 e 2017 é de 21.512.000, em quotas iguais, todas nominativas com valor nominal de R\$1,00.

A composição do capital social subscrito e integralizado em 2018 e 2017 totaliza R\$21.512 e está representado por quotas.

(b) Dividendos

Em 08 de junho de 2017, a Administração efetuou pagamento de dividendos aos quotistas no montante de R\$6.000, correspondentes a R\$0,278910.

Em 13 de dezembro de 2017, a Administração efetuou pagamento de dividendos aos quotistas no montante de R\$4.400, correspondente a R\$0,204534 por quota.

Referente aos dividendos pagos em 2017, o montante de R\$839 foi originado da reserva especial de dividendos não distribuídos, R\$3.350 da reserva de retenção de lucros, constituídas em exercícios anteriores; e R\$6.211 do lucro do exercício de 2017.

Em 29 de junho de 2018, a Administração efetuou pagamento de dividendos aos quotistas no montante de R\$4.000, correspondente a R\$0,18594 por quota.

Em 27 de dezembro de 2018, a Administração efetuou pagamento de dividendos aos quotistas no montante de R\$1.500, correspondente a R\$0,069728 por quota.

O contrato social da Empresa prevê que o lucro líquido anualmente apurado terá a destinação que lhe for determinada pelos sócios que representem a maioria do capital social.

(c) Reservas de lucro

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Reserva legal (i)	2.261	2.261
Reserva de retenção de lucros (ii)	(8.178)	7.964
Reserva de lucros a realizar	14.609	-
	<u>8.692</u>	<u>10.225</u>

(i) Reserva legal

Constituída em 5% do lucro líquido do exercício, antes de qualquer destinação, até o limite de 20% do capital social.

(ii) Reserva de retenção de lucros

A Administração propõe a manutenção no patrimônio líquido o lucro retido de exercícios anteriores, em reserva de retenção de lucros, que se destina a atender o orçamento planejado e aprovado, através de resolução de quotistas.

Evrecy Participações Ltda.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

(iii) Reserva especial de lucros a realizar

A reserva especial de lucros a realizar foi constituída com base nas demonstrações financeiras societárias, portanto a administração, considerando que o ajuste da aplicação do ICPC01 (R1) e da adoção inicial do CPC 47 não compõe parcela realizada do lucro líquido do exercício, e sendo assim, propõe a destinação do resultado desta operação para reserva especial de lucros a realizar, cujo prazo de realização financeira ocorra após o término do exercício social seguinte. A alocação nessa reserva ocorre para refletir o fato de que a realização financeira do lucro destas operações ocorrerá em exercícios futuros. Uma vez realizado, caso a reserva não seja absorvida por prejuízos posteriores, a Companhia destinará seu saldo para aumento de capital, distribuição de dividendo ou constituição de outras reservas de lucros, observadas as propostas da administração a serem feitas oportunamente.

(d) Reserva de reavaliação

O saldo residual do ativo imobilizado referente à Base de Remuneração, em 31 de dezembro de 2018, totalizava R\$28.021, o valor homologado pela ANEEL, equivalente ao VNR ajustado pela depreciação acumulada até 31 de Janeiro de 2017, para estes ativos é de R\$36.648. A reavaliação destes ativos foi registrada contabilmente em 31 de dezembro de 2018, conforme processo ANEEL nº 48500.001618/2018-10 de Junho de 2018, depreciado e atualizado de acordo com PRORET 9.1, que prevê a atualização do valor homologado pelo IPCA até a data base da homologação do referido laudo em Junho de 2018. Conforme demonstrado abaixo:

(=)	Total do Laudo Homologado	36.648
(+)	Atualização IPCA Fev/17 a Jun/18	1.913
(-)	Depreciação Fev/17 a Dez/18	(3.412)
(a)	Laudo data base 31/12/2018	35.149
(b)	Saldo Residual BRR 31/12/18	28.021
(a) - (b)	Total da Reavaliação	7.128
(c)	IR/CS Diferido	(2.423)
(=)	PL Reserva de Reavaliação	4.705

14 Receita operacional bruta

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Receita bruta		
Rede básica	8.714	11.686
Demais Instalações de Transmissão - DIT	1.668	2.295
Aluguéis	279	279
	<u>10.661</u>	<u>14.260</u>

Evrecy Participações Ltda.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

14.1 Revisão periódica da Receita Anual Permitida - RAP

Em conformidade com os contratos de concessão a cada quatro e/ou cinco anos, após a data de assinatura dos contratos, a ANEEL procederá à revisão tarifária periódica da RAP de transmissão de energia elétrica, com o objetivo de promover a eficiência e modicidade tarifária.

Cada contrato tem sua especificidade, mas em linhas gerais, os licitados têm sua RAP revisada por três vezes (a cada cinco anos), quando é revisto o custo de capital de terceiros. Os reforços e melhorias associados aos contratos licitados, são revisados a cada 5 anos. Também poderá ser aplicado um redutor de receita para os custos de Operação e Manutenção – O&M, para captura dos Ganhos de Eficiência Empresarial.

A revisão tarifária periódica compreende o reposicionamento da receita mediante a determinação:

- a) da base de remuneração regulatória;
- b) dos custos operacionais eficientes;
- c) da estrutura ótima de capital e definição da remuneração das transmissoras;
- d) da identificação do valor a ser considerado como redutor tarifário – Outras Receitas.

A última revisão tarifária periódica da Empresa foi definida por intermédio da Resolução Homologatória nº 2.404, de 19 de junho de 2018, reduzindo a RAP em 16,7%, vigente a partir de 01 de julho de 2018.

As próximas revisões tarifárias periódicas da RAP estão descritas na nota 1.2.

14.2 Parcela Variável – PV, adicional à RAP e Parcela de Ajuste - PA

A Resolução Normativa n.º 729 de 28 de junho de 2016, regulamenta a Parcela Variável – PV e o adicional à RAP. A Parcela Variável é a penalidade pecuniária aplicada pelo Poder Concedente em função de eventuais indisponibilidades ou restrições operativas das instalações integrantes da Rede Básica. O adicional à RAP corresponde ao prêmio pecuniário concedido às transmissoras como incentivo à melhoria da disponibilidade das instalações de transmissão como receita e/ou redução de receita de operação e manutenção no período em que ocorrem.

A Resolução Normativa (REN) nº 782/2017, atualizou a REN nº 729/2016, extinguindo o adicional de RAP para todas as transmissoras a partir de março de 2018.

A Parcela de Ajuste – PA é a parcela de receita decorrente da aplicação de mecanismo previsto em contrato, utilizado nos reajustes anuais periódicos, que é adicionada ou subtraída à RAP, de modo a compensar excesso ou déficit de arrecadação no período anterior ao reajuste.

14.3 Reajuste anual da receita

Em 28 de junho de 2018, foi publicada a Resolução Homologatória nº 2.408, estabelecendo as receitas anuais permitidas da Empresa, pela disponibilização das instalações de transmissão integrantes da Rede Básica e das Demais Instalações de Transmissão, para o ciclo de 12 meses, compreendendo o período de 1 de julho de 2018 a 30 de junho de 2019.

De acordo com a referida Resolução, a RAP e valores correspondentes a parcela de ajuste da Empresa, líquidas de PIS e COFINS, (denominada Receita Regulatória) que era de R\$12.837 em 01 de julho de 2017, passou para R\$7.164 em 01 de julho de 2017, apresentando uma redução de R\$5.673, equivalente a 44,19%.

Evrecy Participações Ltda.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

A Receita Regulatória da Empresa, líquida de PIS e COFINS, a ser auferida em duodécimos no período de 01 de julho de 2018 até 30 de junho de 2019 apresenta a seguinte composição:

Contrato de concessão	Rede Básica		Demais Instalações de Transmissão – DIT		Total
	Novos investimentos	Parcela de ajuste	Novos investimentos	Parcela de ajuste	
020/2008	9.621	(3.984)	2.105	(578)	7.164
	9.621	(3.984)	2.105	(578)	7.164

15 Resultado financeiro

	2018	2017
Receitas		
Rendimento de aplicações financeiras	128	325
Juros ativos	1	2
Variações monetárias	1	3
Outras	5	5
	135	335
Despesas		
Variações monetárias	(10)	(20)
Outras	(12)	(10)
	(22)	(30)
	113	305

16 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro líquido são provisionados mensalmente, obedecendo ao regime de competência e apurados conforme previsto na Lei 12.973/2014.

Desde janeiro de 2015, entrada em vigor da Lei 12.973/2014, o imposto de renda e a contribuição social são apurados a partir do lucro societário, no qual a despesa de IR e CS correntes totalizam R\$424, que representam o valor efetivamente recolhido a RFB, para o exercício de 2018.

A empresa adota o regime de lucro presumido.

Evrecy Participações Ltda.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

17 Transações com partes relacionadas

Os principais saldos e transações com partes relacionadas no período são como segue:

Natureza da operação	Parte relacionada	2018	2017	2018	2017
		Passivo	Passivo	Receita/ (Despesa)	Receita/ (Despesa)
Benefícios de curto prazo*	Administração	-	-	(47)	(57)
Sublocação, reembolsos e compartilhamento de pessoal	ISA CTEEP	(168)	(4)	(81)	(44)
Prestação de serviços	ISA CTEEP	(78)	(74)	(920)	(879)

*Referente aos honorários da administração, conforme divulgado na Demonstração do Resultado da Empresa.

Os saldos a pagar para partes relacionadas estão registrados na linha de outros passivos, no passivo circulante. A política de remuneração da Empresa não inclui benefícios pós-emprego, outros benefícios de longo prazo, benefícios de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações.

O contrato de compartilhamento de despesas de pessoal implica na alocação proporcional das despesas referentes aos colaboradores compartilhados entre a Empresa e o grupo ISA CTEEP.

O contrato de sublocação compreende a área ocupada pela Empresa no edifício sede da controladora CTEEP, bem como rateio das despesas condominiais, de manutenção, reembolso de serviços compartilhados, entre outras.

A controladora CTEEP presta serviços de operação e manutenção das instalações da Empresa.

Essas operações são realizadas em condições específicas negociadas contratualmente entre as partes.

18 Instrumentos financeiros

(a) Identificação dos principais instrumentos financeiros

	Nível	2018	2017
Ativos financeiros			
Valor justo através do resultado			
Caixa e equivalentes de caixa	2	108	60
Aplicações financeiras	2	1.788	782
Empréstimos e recebíveis			
Concessionárias e Permissionárias			
Circulante		1.243	762
Não circulante		60	
Passivos financeiros			
Custo amortizado			
Fornecedores		305	228

Evrecy Participações Ltda.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos com sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência deste, e valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se substancialmente de seus correspondentes valores de mercado. A Empresa classifica os instrumentos financeiros, como requerido pelo CPC 46:

Nível 1 – preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração;

Nível 2 – preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos, outras entradas não observáveis no nível 1, direta ou indiretamente, nos termos do ativo ou passivo; e

Nível 3 – ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou líquido. Nesse nível a estimativa do valor justo torna-se altamente subjetiva.

(b) Gerenciamento de riscos

Os principais fatores de risco inerentes às operações da Empresa podem ser assim identificados:

- (i) **Risco de crédito** – A Empresa mantém contratos com o Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, concessionárias e outros agentes, regulando a prestação de seus serviços vinculados à rede básica, com cláusula de garantia bancária. Igualmente, a Empresa mantém contratos regulando a prestação de seus serviços diretamente aos clientes livres, também com cláusula de garantia bancária, que minimiza o risco de inadimplência.
- (ii) **Risco de preço** – As receitas da Empresa são, nos termos do contrato de concessão, reajustadas anualmente pela ANEEL, pela variação do IGP-M, sendo parte das receitas sujeita à revisão tarifária periódica (nota 15.1).
- (iii) **Risco de liquidez** – As principais fontes de caixa da Empresa são provenientes de suas operações, principalmente pela cobrança do uso do sistema de transmissão de energia elétrica por outras concessionárias e agentes do setor. O montante de caixa, representado pela RAP vinculada às instalações de rede básica e Demais Instalações de Transmissão – DIT é definida, nos termos da legislação vigente, pela ANEEL.

A Empresa é remunerada pela disponibilização do sistema de transmissão, eventual racionamento da energia não trará impacto sobre a receita e respectivo recebimento.

19 Seguros

A especificação por modalidade de risco e vigência dos seguros está demonstrada a seguir:

<u>Modalidade</u>	<u>Vigência</u>	<u>Importância Segurada - R\$ mil</u>	<u>Prêmio - R\$ mil</u>
Patrimonial (a)	19/12/18 a 19/12/19	83.933	56
Responsabilidade Civil Geral (b)	19/12/18 a 19/12/19	50.000(*)	-
			<u>56</u>

Evrecy Participações Ltda.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

- (a) **Patrimonial** - Cobertura contra riscos de incêndio e danos elétricos para os principais equipamentos instalados nas subestações de transmissão, prédios e seus respectivos conteúdos, almoxarifados e instalações, conforme contratos de Concessão, onde as transmissoras deverão manter apólices de seguro para garantir a cobertura adequada dos equipamentos mais importantes das instalações do sistema de transmissão, cabendo à transmissora definir os bens e as instalações a serem segurados.
- (b) **Responsabilidade Civil Geral** - Cobertura às reparações por danos involuntários, pessoais e/ou materiais causados a terceiros, em consequência das operações da Empresa.

Não há cobertura para eventuais danos em linhas de transmissão contra prejuízos decorrentes de incêndios, raios, explosões, curtos-circuitos e interrupções de energia elétrica.

As premissas adotadas para a contratação dos seguros, dada sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria. Consequentemente não foram auditadas pelos nossos auditores independentes.

(*) A Empresa é cossegurada de 100% da apólice de Responsabilidade Civil Geral da Controladora CTEEP.

20 Conciliação do Balanço Patrimonial Regulatório e Societário

Para fins estatutários, a Outorgada seguiu a regulamentação societária para a contabilização e elaboração das Demonstrações Contábeis Societárias, sendo que para fins regulatórios, a Outorgada seguiu a regulamentação regulatória, determinada pelo Órgão Regulador apresentada no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. Dessa forma, uma vez que há diferenças entre as práticas societárias e regulatórias, faz-se necessária a apresentação da reconciliação das informações apresentadas seguindo as práticas regulatórias com as informações apresentadas seguindo as práticas societárias.

Evrecy Participações Ltda.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

Ativo	2018			2017		
	Regulatório	Reclassificação/ Ajustes	Societário	Regulatório	Reclassificação/ Ajustes	Societário
Ativo Circulante						
Caixa e equivalentes de caixa	108	-	108	60	-	60
Aplicações financeiras	1.788	-	1.788	782	-	782
Contas a receber - Concessionárias e Permissionárias	1.243	(1.243)	-	762	(762)	-
Contas a Receber (ativos da concessão)	-	6.679	6.679	-	8.798	8.798
Estoques	171	-	171	171	-	171
Tributos e contribuições a compensar	2	-	2	2	-	2
Outros	59	-	59	236	-	236
	3.371	5.436	8.807	2.013	8.036	10.049
Ativo Não circulante						
Contas a receber - Concessionárias e Permissionárias	60	-	60	-	41.201	41.201
Contas a Receber (ativos da concessão)	-	45.554	45.554	-	236	236
Estoques	-	236	236	-	236	236
Cauções e Depósitos Vinculados	10	-	10	10	-	10
	70	45.790	45.860	10	41.437	41.447
Imobilizado	39.714	(39.702)	12	30.393	(30.380)	13
Intangível	988	(917)	71	820	(686)	134
	40.702	(40.619)	83	31.213	(31.066)	147
Total do ativo	44.143	10.607	54.750	33.236	18.407	51.643

Evrecy Participações Ltda.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

Passivo	2018			2017		
	Regulatório	Reclassificação /Ajustes	Societário	Regulatório	Reclassificação /Ajustes	Societário
Passivo Circulante						
Fornecedores	305	-	305	228	-	228
Tributos e encargos sociais a recolher	129	-	129	162	-	162
Encargos Regulatórios a recolher	86	-	86	9	-	9
Obrigações trabalhistas			-	160	-	160
Parcela Ajuste - PA	2.281	(1.242)	1.039			
Outros	54	(1)	53	373	-	373
	2.855	(1.243)	1.612	932	-	932
Passivo Não circulante						
Encargos Regulatórios a recolher	179	-	179	567	-	567
PIS COFINS Diferidos	-	1.907	1.907	-	1.031	1.031
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	2.423	(814)	1.609	-	1.670	1.670
Obrigações vinculadas à concessão do serviço	3.777	(3.777)	-	-	-	-
	6.379	(2.684)	3.695	567	2.701	3.268
Total do Passivo	9.234	(3.927)	5.307	1.499	2.701	4.200
Patrimônio líquido						
Capital social	21.512	-	21.512	21.512	-	21.512
Reservas de Lucros	8.692	19.239	27.931	10.225	15.706	25.931
Reserva de reavaliação	4.705	(4.705)	-			
Total do Patrimônio Líquido	34.909	14.534	49.443	31.737	15.706	47.443
Total do passivo e do patrimônio líquido	44.143	10.607	54.750	33.236	18.407	51.643

Evrecy Participações Ltda.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	2018			2017		
	Regulatório	Reclassificação/ Ajuste	Societário	Regulatório	Reclassificação /Ajuste	Societário
Operações em continuidade						
Disponibilização do sistema de transmissão	10.382	(1.530)	8.852	13.981	(1.086)	12.895
Outras Receitas	279	-	279	279	-	279
	10.661	(1.530)	9.131	14.260	(1.086)	13.174
Tributos						
PIS	(80)	(126)	(206)	(95)	9	(86)
COFINS	(370)	(584)	(954)	(439)	42	(397)
	(450)	(710)	(1.160)	(534)	51	(483)
Encargos						
Reserva global de reversão – RGR	(265)	-	(265)	(431)	-	(431)
Taxa de fiscalização de serviços de energia	(36)	-	(36)	(49)	-	(49)
Pesquisa e desenvolvimento – P&D	(93)	-	(93)	(128)	-	(128)
	(394)	-	(394)	(608)	-	(608)
Receita Líquida	9.817	(2.240)	7.577	13.118	(1.035)	12.083
Custos e despesas						
Pessoal	(1.553)	-	(1.553)	(1.599)	-	(1.599)
Material	(90)	(22)	(112)	(60)	116	56
Serviços de terceiros	(2.042)	-	(2.042)	(2.484)	-	(2.484)
Provisões para contingências	-	-	-	(1)	-	(1)
Depreciação e amortização	(1.437)	1.373	(64)	(1.454)	1.392	(62)
Seguros	(54)	-	(54)	(59)	59	-
Doações, contribuições e subvenções	(15)	-	(15)	(13)	13	-
Arrendamento e aluguéis	(341)	-	(341)	(300)	-	(300)
Tributos	(5)	5	-	(4)	4	-
Outras receitas operacionais	-	(10.733)	(10.733)	9	-	9
Gastos diversos	(2)	(2)	(4)	(73)	(75)	(148)
	(5.539)	(9.379)	(14.918)	(6.038)	1.509	(4.529)
Resultado da Atividade	4.278	(11.619)	(7.341)	7.080	474	7.554

Evrecy Participações Ltda.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

Continuação	2018			2017		
	Regulatório	Reclassificação/ Ajuste	Societário	Regulatório	Reclassificação /Ajuste	Societário
Resultado Financeiro						
Receitas Financeiras	135	-	135	335	-	335
Despesas Financeiras	(22)	-	(22)	(30)	-	(30)
	113	-	113	305	-	305
Lucro Antes dos impostos sobre o lucro	4.391	(11.619)	(7.228)	7.385	474	7.859
Despesas com Impostos	(424)	543	119	(565)	(756)	(1.321)
Resultado líquido do Exercício	3.967	(11.076)	(7.109)	6.820	(282)	6.538

A seguir são detalhadas a natureza e explicações dos ajustes apresentados entre a contabilidade societária e a regulatória:

20.1 Contratos de concessão

Para elaboração das demonstrações financeiras societárias, a Empresa adota para fins de classificação e mensuração das atividades de concessão os Pronunciamentos Técnicos CPC 47 - Receita de Contrato com Clientes, CPC 48 – Instrumentos Financeiros e ICPC01 (R1) – Contratos de Concessão.

Conforme previsto no contrato de concessão, o concessionário atua como prestador de serviço. O concessionário implementa, amplia, reforça ou melhora a infraestrutura (serviços de implementação da infraestrutura) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação e manutenção) durante determinado prazo. A transmissora de energia é remunerada pela disponibilidade da infraestrutura durante o prazo da concessão.

O contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para realização dos serviços públicos, sendo os bens revertidos ao concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem direito de operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do Poder Concedente, nas condições previstas no contrato de concessão.

Caso o concessionário realize mais de um serviço regidos por um único contrato, a remuneração recebida ou a receber deve ser alocada a cada obrigação de performance com base nos valores relativos aos serviços prestados caso os valores sejam identificáveis separadamente.

O ativo de concessão registra valores a receber referentes à implementação da infraestrutura, a receita de remuneração dos ativos da concessão e aos serviços de operação e manutenção, classificados em:

Evrecy Participações Ltda.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

(a) Ativo de Concessão - financeiro

A atividade de operar e manter a infraestrutura de transmissão tem início após o término da fase de construção e entrada em operação da mesma. O reconhecimento do contas a receber e da respectiva receita originam somente depois que a obrigação de desempenho é concluída mensalmente. De forma que estes valores a receber, registrados na rubrica “Serviços de O&M”, passaram a ser considerados ativo financeiro a custo amortizado.

Os critérios utilizados para a adoção da interpretação da concessão detida pela Empresa estão descritos na nota explicativa 3.7 das Demonstrações Contábeis Societárias do exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

(b) Ativo de Concessão - contratual

O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção.

O valor do ativo contratual das concessionárias de transmissão de energia é formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros. O fluxo de caixa futuro é estimado no início da concessão, ou na sua prorrogação, e as premissas de sua mensuração são revisadas na Revisão Tarifária Periódica (RTP).

20.2 Imposto de renda e contribuição social diferidos (CPC 32)

Os ajustes de imposto de renda e contribuição social diferidos representam os efeitos tributários sobre os ajustes reconhecidos com as adoções dos pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo CPC, principalmente o ICPC01(R1) e CPC47.

20.3 PIS COFINS diferidos

O diferimento do PIS e da COFINS refere-se às receitas de implementação da infraestrutura e remuneração do ativo da concessão apuradas sobre o ativo financeiro e registrado conforme regime competência apresentado no balanço societário. O recolhimento ocorre à medida do efetivo recebimento, conforme previsto na Lei 12.973/14.



São Paulo Corporate Towers
Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 1.909
Vila Nova Conceição
04543-011 - São Paulo - SP - Brasil

Tel: +55 11 2573-3000
ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis regulatórias

Aos
Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Evrecy Participações Ltda.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Evrecy Participações Ltda. (“Empresa”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. As demonstrações contábeis foram elaboradas pela administração com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE), aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, por meio da Resolução Normativa nº 605, de 11 de março de 2014.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Empresa em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com o MCSE.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase – Base de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias

Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para a nota explicativa 2 às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas para auxiliar a Empresa a cumprir determinação da ANEEL. Consequentemente, essas demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outro fim.



Outros assuntos

A Evrecy Participações Ltda. elaborou um conjunto de demonstrações contábeis separado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, sobre a qual emitimos relatório de auditoria independente separado, com data de 29 de março de 2019.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com o MCSE e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Empresa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:


- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis regulatórias, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 30 de abril de 2019.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP034519/O-6



Adilvo França Junior
Contador CRC 1BA021419/O-4-T-SP